CONSELHO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1568/86 (DRECAP-2 5609/82, 3878/83 e 8414/86)

INTERESSADO : COLÉGIO "LEONARDO DA VINCI"/ CAPITAL

ASSUNTO : Convalidação de atos escolares praticados anteriormente à
autorização pela Secretaria da Educação

RELATOR : Cons° Arthur Fonseca Filho

PARECER CEE N° 754/87 Aprovado em 01/04/87

CONSELHO PLENO

1. HISTÓRICO:

1.1 O Parecer CEE 1654/86 relatado pelo nobre Conselheiro Francisco Aparecido Cordão, aprovado em 17/12/86, em sua Conclusão considerou "regulares os atos escolares praticados no Colégio Leonardo da Vinci", nesta Capital, em data anterior à publicação de sua autorização do funcionamento, ou seja, período compreendido entre 1983/1984 (até 30/03/84), pelos alunos das habilitações plenas de Técnico em Contabilidade, Assistente de Administração, Publicidade, Edificações, Processamento de Dados, Secretariado e Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, uma vez que na Justiça foi concedida a segurança requerida pelo estabelecimento de ensino" (fls. 53/57).

1.2 Tendo sido encaminhados os autos à SEE para ciência e demais providências, a Chefia de Gabinete encaminhou-os para a Doutra Consultoria Jurídica daquela Pasta, para informar a respeito do V.Acórdão do Poder Judiciário, constante de fls. 141/143 do Processo 5609/82 DRECAP-2 (fls. 59).

1.1. A Consultoria Jurídica da SEE, presta, às fls. 61/63, as seguintes informações:

1.3.1. Em Primeira Instância, foi concedida a segurança nos termos do pedido inicial e tornada definitiva a liminar requerida;

1.3.2. respeitável decisão, entretanto, foi reformada por votação unânime, pela Primeira Câmara do Tribunal de Justiça em Acórdão proferido nos autos de Apelação Civil n° 43.736/1 da Comarca de São Paulo, para denegar a segurança concedida, ressalvando, contudo, a "regularidade do funcionamento dos cursos durante o tempo da eficácia da liminar concedida em primeiro grau e da própria sentença reformada".

1.3.3. considerando estranho não constar dos autos cópia do mencionado acórdão que era do conhecimento da 7ª DE da Capital, sugeriu às autoridades superiores da SEE, indagarem ao atual titular da referida Delegacia de Ensino, quais as razões que o levaram a não juntar aos autos cópia do V.Acórdão, adetando-se as medidas administrativas cabíveis, entendendo também, que este CEE, se ciente do Acórdão, te

ria manifestação diversa daquela constante no parecer CEE 1664/86.

1.3.4. Concluindo, propõe ao Sr. Secretário de Estado da Educação o retorno dos autos ao CEE para nova manifestação em face dos termos do Acórdão proferido em 25/02/86, cuja cópia foi anexa da às fls. 64/66.

1.4. Através de telex inserido às fls. 67, a Sra Chefe de Gabinete da SEE solicita ao Sr. Delegado de Ensino da 7ª DE, justificativa dentro de 48 h, da não inclusão nos autos do V. Acórdão do Tribunal de Justiça, que reformou a sentença de Primeira Instância referente à segurança impetrada pelo interessado.

1.5. Atendendo o solicitado, o Sr. Delegado de Ensino apresenta as seguintes justificativas:

1.5.1. o processo de autorização havia sido apensado ao Processo referente a regularização de vida escolar dos alunos do referido estabelecimento de ensino, em trâmite no CEE, aguardando o seu retorno para fazê-lo;

1.5.2. julgava que a Consultoria Jurídica estava ciente, pois o Procurador Chefe do Estado havia enviada cópia do V. Acórdão para o Gabinete da SEE em 14/08/86, tendo chegado à DE, em 04/09/86.

1.6. Assim informado, a Sra. Chefe do Gabinete faz retornar os autos a este CEE., para as providências que entender necessárias.

2. APRECIÇÃO

Ao mesmo tempo que este Conselho lamenta não ter sido cientificado, em tempo hábil, da conclusão do Processo Judicial a que se refere o Histórico deste relatório, entende que de prático nada se altera quanto ao destino dos alunos envolvidos no problema.

Propomos agora a seguinte conclusão:

3. CONCLUSÃO

Nos termos do V. Acórdão proferido em 25/02/86, nos autos da apelação cível nº 43.736/1, da Comarca de São Paulo, são regulares os atos escolares praticados no Colégio Leonardo Da Vinci, nesta Capital, em data anterior à publicação de sua autorização de funcionamento, ou seja nos anos de 1983 e 1984 (até 30/03/84) pelos alunos das habilitações profissionais de Técnico em Contabilidade, Assistente de

Administração, Publicidade, Processamento de Dados, Secretariado e Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério.

São Paulo - CEE, aos 25 de fevereiro de 1987.

a) Consº Arthur Fonseca Filho
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 01 de abril de 1987.

a) Consª Maria Aparecida Tamasso Garcia
Presidente